



Energia e Associações
Comerciais



FORUM NACIONAL

SUCROENERGÉTICO

04 de Maio de 2019



FORUM NACIONAL
SUCROENERGÉTICO

SIFAEG
SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO
DE ETANOL DO ESTADO DE GOIÁS

SISERJ
Sindicato da Indústria Sucroenergética
do Estado do Rio de Janeiro

 **SINDIQUÍMICOS**
SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

 **SINDALCOOL/MT**
SINDICATO DAS INDÚSTRIAS SUCROALCOOLEIRAS
DO ESTADO DE MATO GROSSO

UNICA
UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR
ETANOL • AÇÚCAR • ENERGIA SÃO PAULO • BRASIL

 **SINDAÇÚCAR® - PE**

 **SINDICANÁLCOOL**
Sindicato de Produtores de Cana, Açúcar
e Alcool do Maranhão e Pará

UDOP

 **BIOENERGIA**
- ALCOPAR

 **BioSul**
Associação dos Produtores de Bioenergia
de Mato Grosso do Sul

 **SIAMIG**
BIOENERGIA - ETANOL - AÇÚCAR
Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais

 **SINDALCOOL**

 **SONAL**

 **Sindaçúcar-AL**
O açúcar e o álcool desenvolvendo Alagoas

 **SINDAÇÚCAR-BA**

SINDAÇÚCAR/PI

RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

A DEFESA DE INTERESSES E DA LEGITIMIDADE AO USO DE ESTRATÉGIAS
PARA ALCANÇAR OBJETIVOS SETORIAIS OU INSTITUCIONAIS FRENTE AOS
NOVOS
DESAFIOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Mário Campos

ROTEIRO

1. **Introdução**
2. **Ciclo de políticas públicas**
3. **Histórico das Relações Governamentais no Brasil** - organização em torno de interesses comuns, formação econômica do país e por que alguns grupos são mais organizados e influentes que outros
4. **Fundamentos Constitucionais da Representação de Interesse** – a Constituição Brasileira de 1988 e a defesa de interesses
5. **Sobre Relações Governamentais** – lobby, advocacy, limites, grupos de influência, instituições de representação de interesses e formas de organização
6. **Estratégia de Relações Governamentais**
7. **Lobby, comunicação digital e o novo governo**

ESTADO X POLITICA X SOCIEDADE

- CRISE MORAL E ÉTICA
- CRISE POLÍTICA
- CRISE ECONÔMICA
- TOTAL DESCRÉDITO DA POPULAÇÃO NA CLASSE POLÍTICA. POPULAÇÃO ESTÁ CONVICTA QUE PAGA MUITOS IMPOSTOS, EXIGE CADA VEZ MAIS DO ESTADO, QUE NÃO TEM CONDIÇÕES DE ATENDER MELHOR OS BRASILEIROS.
- FIM DO FINANCIAMENTO PRIVADO DE CAMPANHA
- FIM DO IMPOSTO SINDICAL E PROVÁVEL REDUÇÃO DOS RECURSOS DO SISTEMA S



- ESTADO CONTINUARÁ EXISTINDO, É E AINDA SERÁ MUITO GRANDE COM ENORME IMPORTÂNCIA, FORÇA E INFLUÊNCIA.
- A REPRESENTAÇÃO NOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS ESTÁ EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO. MODELOS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL GANHAM FORÇA.
- TENDÊNCIA: CAMINHAR PARA MELHORIAS DA RELAÇÃO DO ESTADO COM A SOCIEDADE BRASILEIRA, COM UM AUMENTO DA TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY.
- FATO NOVO: INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS, NUNCA SE PRODUZIU TANTO CONTEÚDO.

SOCIEDADE BRASILEIRA EM TRANSFORMAÇÃO

Sociedade brasileira

1. Patrimonialista
2. Corporativista
3. Grande desigualdade social
4. Estado com interferência muito forte na vida das pessoas e das empresas

Sociedade em transformação

1. Conceito de trabalho x ocupação
2. Empreendedorismo
3. Modelos disruptivos
4. Tecnologia
5. Preocupação Ambiental
6. Novos hábitos de consumo

CORRUPÇÃO



GLOBALISMO



LIBERALISMO ECONÔMICO



CONSERVADORISMO NOS COSTUMES



CONTEXTO POLÍTICO

**Presidente Jair
Bolsonaro**



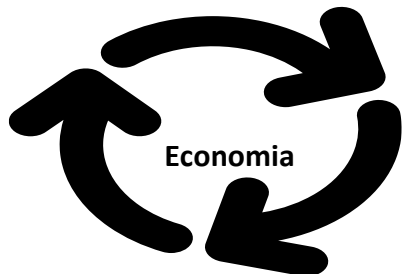
**Renovação do
Congresso**



PARIS2015
UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE
COP21·CMP11



**Governador
Romeu Zema**



1. Anticorrupção
2. Reformas
3. Déficit Fiscal
4. Crise dos Estados
5. Segurança Jurídica
6. Redução do papel do Estado
7. Pauta Conservadora
8. Pauta Internacional

RELAÇÃO COM OS GOVERNOS

- Poder executivo nos três níveis: federal, estadual e municipal. Há um universo de mais de **2 milhões de funcionários públicos ativos**, concursados e não concursados. Nas três esferas do Executivo, ministérios, secretarias, autarquias, agências reguladoras e outros atores publicam uma média de 14 normas por minuto.
- Há atualmente **25 mil projetos de lei tramitando no Congresso Nacional**. São 513 deputados federais, 81 senadores, 77 deputados estaduais e milhares de vereadores, uma verdadeira tropa de formadores de políticas públicas. Construindo normas que afetam a vida de todos os cidadãos e empresas.
- Governo é considerado por CEOs em pesquisa da McKinsey e da PWC como o segundo stakeholder com maior **poder de impacto**, perdendo apenas para consumidores. O excesso de regulação é considerado como uma das principais preocupações para os negócios.
- **Direito à formação de organizações** independentes, chamadas “autônomas”, com o propósito legítimo de promover e defender interesses e direitos, **opinar sobre propostas e regulações**, indicar seus possíveis efeitos e consequências. Se um sistema político não permite àqueles afetados pelas políticas públicas que se **manifestam sobre elas**, não é um regime democrático.
- Legitimidade do intercâmbio de informações entre os setores privado e público. Governo atuando em prol do interesse público. As Relações Governamentais são parte necessárias e legítimas do processo político e democrático e estão pautadas na **liberdade de expressão e de associação**, previstas na Constituição Federal.

LOBBY?

25/01/2016 11h07 - Atualizado em 25/01/2016 13h14

Testemunhas dizem que investigados na Zelotes fizeram lobby 'limpo'

Vicente Alessi foi arrolado como testemunha por um dos investigados. Depois, especialistas em relações governamentais defenderam o lobby.



REFORÇO COMPANHEIRO

Documentos mostram que Lula fez lobby no exterior



EDITORIAL Há lobbies e lobbies



27/01/2016 02h00

Notícias ▾ Torcida ▾ Viva ▾ TudoDeBom ▾ Videos ▾ Concursos

Política & Poder.

Publicação: Quinta-feira, 27/01/2016 às 08:22:00

Compartilhar | Facebook | 0 | G+ | 0 | Twitter | A+

Base e oposição na Câmara pedirão urgência em análise de projetos sobre lobby



Brazil president Michel Temer accused of corruption

25 DE NOVIEMBRE DE 2016

Lula e Dirceu fizeram lobby

Ex-presidente e ex-ministro atuaram no país vizinho em favor de empreiteira alvo da Lava Jato



BLOG REINALDO AZEVEDO



Blog do jornalista Reinaldo Azevedo: política, governo, PT, imprensa e cultura

Sim, é preciso regulamentar o lobby. Mas calma lá! Quem paga propina a servidores é bandido, não lobista

As evidências que existem contra presos da Operação Zelotes nada têm a ver com lobby. Funcionários públicos do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) eram literalmente comprados por escritórios de advocacia para deixar de cumprir a sua função e para aliviar o peso da multa de pessoas em dívida com a Receita. O nome disso? Crime!

DESCONFIANÇA GERAL



Love
~~I lobby~~ you.



LAVA JATO



CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICA PÚBLICA



HISTÓRICO DAS RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS NO BRASIL

- Organização em torno de interesses comuns;
- Formação econômica do país e
- Por que alguns grupos são mais organizados e influentes que outros.

HISTÓRICO DAS RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS NO BRASIL

- Empresa agrícola portuguesa - açúcar / Ocupação de Portugal por Franceses - abertura dos portos. **Início do século XIX** – Criação da Praça do Comércio da Bahia - depois chamada Associação comercial da Bahia - Instituição de defesa de interesse
- Maçonaria se instala no Brasil
- Grupos de pressão no Império - 1) Senhores da Agricultura da exportação de café 2) Fazendeiros que abasteciam o mercado interno – lutavam por proteção 3) Industriais – também protecionistas. Temas de interesse: Direito de propriedade e manutenção da escravidão.
- Em **1828** surge a primeira associação Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional
- Segundo Império - História do Barão de Mauá, o empresário do Império - contribui para a industrialização do Brasil, fortaleceu a indústria nacional - convencimento em taxar produtos importados para redução do déficit público, proteger investimentos feitos no Brasil e criar estímulos para novos investidores. Intensa atividade de defesa de interesse no 2º Império - têxtil, alimentos, bebidas, fumo e couro.

HISTÓRICO DAS RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS NO BRASIL

- **1820** - inaugurada a Associação Comercial do Rio de Janeiro - trabalhou na criação do Banco do Brasil, Código Comercial e formação de pessoas que foram para o governo.
- **Pós-escravatura.** Organização de grupos de ex-escravos, imigrantes e trabalhadores. Oposição entre produtores e importadores. Consolidação de grupos desta categoria. Imigrantes chegando em um país com cultura escravocrata, busca de direitos trabalhistas. Embrião do movimento sindical.
- Industrialização brasileira e agricultura exportadora. Os interesses empresariais se organizaram em associações de classe para instrumentalizar suas atividades.
- Embate Exportadores (manutenção câmbio depreciado) x Novos industriais - câmbio apreciado) para compra de máquinas. Essa briga fez com que os industriais deixassem a Associação Comercial do RJ e formavam a primeira entidade de classe manufatureira do Brasil e que defendia incentivos industriais para que o Brasil não fosse um país essencialmente agrícola. Militares também apoiavam a causa, nova sociedade moderna. Em **1881** nasce a Associação Industriais do Rio de Janeiro, agenda como foco a luta pela indústria nacional. Influência dos industriais sobre a política da época e sobre o orçamento.

HISTÓRICO DAS RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS NO BRASIL

- Setor ruralista. Transição escravos para imigrantes. **1897** - É fundada a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Em **1892** o Ministério da Agricultura é extinto. A Agenda principal da SNA era a recriação do ministério, conseguiram em 1897.
- **Constituição de 1891** - direito de reunião e de associação como direito coletivo. Em 1907 foi estendido para todas as profissões.
- Em **1894** é fundada a Associação Comercial e Agrícola de São Paulo, mais tarde Associação Comercial de São Paulo.
- Em **1902** é criado o Centro Industrial do Brasil, primeira entidade de âmbito nacional.
- Em **1903** criada a Federação Operária Regional, primeira entidade federativa dos trabalhadores. Em 1906, a Confederação Operária Brasileira (COB), congregando sindicatos, ligas e associações.

HISTÓRICO DAS RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS NO BRASIL

- Em **1920** um grupo de empresários da Associação Comercial de São Paulo fundou o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). Em **1931** é fundada a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). **Agenda: competitividade das indústrias, diminuição dos custos de produção e contenção do processo de desindustrialização.**
- Era Vargas: grupos fortes - Industriais, classe média e militares. Cafeeiros perdem poder, **regime oligárquico-aristocrata** perde força. Antes de 1930 proliferou as representações de interesse. Assim, na era Vargas é implantado um novo Sistema, **Sistema Corporativista Estatal**. Para que os grupos pudessem se organizar em associações, sindicatos, federações e confederações, precisa da chancela do Estado para registro e funcionamento. Controle do Estado sobre as representações de interesse. Institui-se o imposto sindical para financiamento desta representação. Esse imposto deu mais forças as organizações sindicais em detrimentos das associações livres.
- **1933** – Criada a Confederação Industrial do Brasil – CIB, pelas federações das indústrias de SP, MG, RS e RJ. Foi a primeira organização nacional de representação do setor produtivo e estimulou várias outras. Em 1938 a CIB é sucedida pela Confederação Nacional das Indústrias, defesa de interesses relacionados à atividade produtiva, à capacitação de mão de obra para a indústria e ao reequipamento do parque industrial. **Fortalecia a classe manufatureira frente aos antigos grupos coloniais.**

HISTÓRICO DAS RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS NO BRASIL

- **Setor Agrícola**, não se estruturou dentro do modelo corporativista estatal em razão dos grupos dominantes e falta de consenso para organização das classes patronais. No início do século a SNA incentivou a criação de entidades regionais e sindicatos patronais. Dessa época são a Federação das Associações Rurais do RS, Sociedade Agrícola Fluminense, Sociedade Mineira de Agricultura. Criaram uma Confederação Rural nacional, mas o objetivo era constituir o Ministério da Agricultura.
- JK rompeu com o modelo de agricultura de exportação e a oligarquia latifundiária. Pensou a industrialização como solução econômica. Atração de investimentos diretos do capital externo. Substituição da elite agrária por uma nova elite industrial multinacional. Em 1955 foi criado o Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares (SINFAVEA). No ano seguinte foi criada a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). **Indústria Automobilística** – Grande influência, principalmente depois de JK.
- **Setor de Comunicações** – Década de 60, Brasil com pouco pessoal habilitado. A maior parte era militar. Comunicação não era prioridade, setor público direcionado a outros setores, além disso dependia de fortes investimentos. A ideologia nacionalista causava espanto à população na concessão de serviços públicos às empresas estrangeiras. Setor estratégico considerado por empresários e militares. Setor de radiodifusão, força no congresso. Criado o Código Brasileiro de Telecomunicações, regulamentos do setor de telecomunicações e radiodifusão no Brasil, 1962. Criação da ABERT – 1962.

HISTÓRICO DAS RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS NO BRASIL

- Período militar, autoritário sem pluralismo político. Controle de sindicatos e associações de classe. Ocorreu a corporativação das representações classistas. Atuação mais no executivo, ministérios.
- **Empreiteiras** – Crescimento durante o governo militar, grandes obras. Internacionalização. Crescimento possibilitou a diversificação. Participação nas campanhas eleitorais, financiamento de campanha. JK também foi importante, modelo rodoviário e construção de Brasília.
- Com a redemocratização é retomado o modelo de defesa de interesse na formulação de políticas públicas. 1) Redução da intervenção do Estado, com o legislativo retomando o seu papel de formulador de políticas públicas. 2) Entrada de multinacionais levou a atividade a ser mais corporativa. Período de Reformas Normativas.
- **Constituição de 1988:** Durante sua elaboração vários grupos de pressão das mais diversas frações atuaram. Valores democráticos e a participação da sociedade no processo político.

GRUPOS INFLUENTES

Sistema estruturado capaz de influenciar decisões políticas com sua agenda

- 1) Empreiteiras**
- 2) Empresas de mídia**
- 3) Agronegócio**
- 4) Bancos**
- 5) Montadoras multinacionais de automóveis**
- 6)**
- 7)**
- 8)**

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA REPRESENTAÇÃO DE INTERESSE

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA REPRESENTAÇÃO DE INTERESSE

- Abordar o tema representação de interesses exige contextualização do Estado Democrático de Direito.
- A palavra **democracia** tem origem no **grego** demokratía que é composta por demos (**que significa** povo) e kratos (**que significa** poder).
- O **Estado Democrático de Direito**, caracterizador do Estado Constitucional **significa** que o **estado se rege por normas democráticas**, com **eleições livres, periódicas e pelo povo**, bem como **respeito aos direitos e garantias fundamentais**, denominado **princípio democrático**, proclamado no parágrafo único do artigo 1º:
 - Art. 1º [...]
 - Parágrafo único. **Todo o poder emana do povo**, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.
- Em seguida no art. 14, a Constituição exige a **participação de todos na vida política do país**, a fim de garantir o respeito a soberania popular:
 - Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:
 - I- plebiscito;
 - II - referendo;
 - III - **iniciativa popular**.
- Assim, resta claro o **Estado Democrático de Direito** introduz no **constitucionalismo** a **garantia de legitimação e limitação do poder**.

BASES CONSTITUCIONAIS DA REPRESENTAÇÃO DE INTERESSE

Como dito, a democracia brasileira exige maior participação da sociedade no processo de tomada de decisão pelos agentes públicos, o que legitima a representação de interesses.

A constituição é o centro do ordenamento jurídico brasileiro e **contém valores, princípios e normas que legitimam a atividade de defesa de interesses** e que permeiam e dirigem todo o ordenamento jurídico nacional.

Destaca-se alguns artigos da Constituição que legitimam a representação de interesse:

1 - Sociedade pluralista – correntes ideológicas diversas previsto no **inciso V e no parágrafo único do artigo 1:**

- Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
- [...]
- **V - o pluralismo político.**
- Parágrafo único. **Todo o poder emana do povo**, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Existência e a livre manifestação das correntes ideológicas são garantidas pelo texto constitucional. Ao **assegurar o pluralismo e permitir o acesso popular ao processo legislativo e na definição de políticas públicas a Constituição legitima os grupos de interesse a lícitamente influenciarem o processo decisório.**

2 - Artigo 5 da Constituição assegura o **direito de petição aos poderes públicos** contra **ilegalidade ou abuso de poder**, no artigo 8º assegura a **organização sindical**, em **entidade de classe ou em associação** para defesa dos interesses dos seus membros ou associados.

Art. 5 [...]

XXXIV - **são a todos assegurados**, independentemente do pagamento de taxas:

- a) o **direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder**;

Art. 8º É **livre a associação profissional ou sindical**, observado o seguinte:

[...]

- III - ao **sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas**;

3 – No artigo 5º, inciso XVI é tutelado o **direito de reunião** (liberdade meio) e no mesmo artigo inciso IX é tutelado o **direito à livre expressão do pensamento** (liberdade-fim) legitimam constitucionalmente as reuniões, marchas, passeatas e encontros com o objetivo de apoiar ou a criticar projetos de lei e atos normativos em vigor, de exercer o direito de petição e de promover atos em favor das posições dos manifestantes e participantes da reunião.

Art. 5º [...]

IX - é **livre a expressão da atividade intelectual**, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

[...]

XVI - **todos podem reunir-se pacificamente**, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

4 – O artigo 14 trata da Soberania popular. No artigo 31 trata da possibilidade de exame, apreciação e questionamento das contas municipais por qualquer pessoa.

Art. 14. A **soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto**, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

Art. 31 [...]

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à **disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade**, nos termos da lei.

5 - Artigo 37 – trata da administração pública e da **participação do usuário na administração pública direta ou indiretamente**. No **processo legislativo** é garantida a **participação social**, legitimando o cidadão à iniciativa de projeto de lei Artigo 61 parágrafo 2º:

Art. 37 [...]

§ 3º A lei disciplinará as **formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:**

I - as **reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral**, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o **acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo**, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III - a **disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública**.

Art. 61. **A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe** a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e **aos cidadãos**, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

[...]

§ 2º A **iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação** à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no **mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados**, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

6 - No processo de fiscalização, os cidadãos, associações e sindicatos são legítimos pelo parágrafo 2º do artigo 74, para denunciar irregularidades ou ilegalidade perante o TCU.

Art. 74 [...]

§ 2º **Qualquer cidadão**, partido político, **associação** ou **sindicato** é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES NO BRASIL AINDA NÃO É REGULAMENTADO

Tentativa de regulamentação da representação de interesse

DESTACA-SE ALGUMAS REGULAMENTAÇÕES CORRELATAS NO BRASIL

- Lei do Colarinho Branco (7.492/86)
- Lei de Improbidade Administrativa (8.429/92)
- Lei de Licitações Públicas (8.666/93)
- Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto 1.171/94)
- Lei de Lavagem de Dinheiro (9.613/98)
- Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00)
- Lei de Licitações e Pregões Eletrônicos (10.520/02)
- Regulamentação de audiências concedidas a particulares por agentes públicos (Decreto 4.334/02)
- Lei da Ficha Limpa (LC 135/10)
- Lei Antitruste (12.529/11)
- Lei de Acesso à Informação (12.527/11)
- Lei de Conflito de Interesses (12.813/13)
- Lei Anticorrupção (12.846/13)
- Lei das Estatais (13.303/16)

SOBRE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

GRUPOS E INFLUÊNCIA

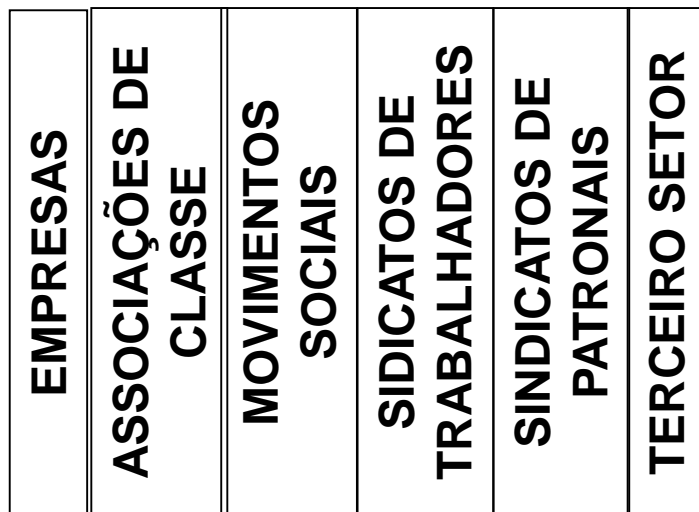
Grupos de Interesse: São um conjunto organizado de indivíduos com uma preocupação ou pretensão que lhes é útil ou vantajosa, moral, social ou materialmente. O que caracteriza o grupo é a **unidade da coletividade num interesse comum**. Exemplos: comunidades que reivindicam ações de prevenção de riscos ambientais, consumidores de um determinado produto que luta para restituição do valor pago, moradores de um Condomínio que lutam para reparo de um piso etc. **Esses interesses podem causar grande envergadura e alcançar níveis capazes de mudar a condição de empresas, cidades, estados, países e continentes.**

Grupos de pressão: Atuam frente a poderes políticos, são conjuntos organizados de indivíduos, associados voluntariamente, independente do Sistema político, que compartilham pelo menos um interesse Comum e buscam influenciar o processo de decisão em políticas públicas. **São a forma como a sociedade civil se organiza em torno de problemas e interesses comuns para influenciar as políticas públicas.**

Influência dos grupos de pressão: A influência é a capacidade de afetação do comportamento alheio, ou seja a capacidade de um agente A afetar ou alterar, por meio de sua conduta, o comportamento de um agente B. A influência é uma ferramenta básica dos grupos para exercerem sua pressão. Os parâmetros determinantes da influência são importantes para análise de cenários, para antecipação de riscos e para a definição da estratégia de atuação da organização. Avaliação de stakeholders e encontrar medida das para medir a influência, apesar da dificuldade.

PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DECISÓRIO

- Governo tem grande influência nas estratégias empresariais
- A interação entre os agentes públicos e os representantes dos diversos grupos de interesses é um fenômeno normal e necessário em uma democracia
- É da natureza de qualquer governo receber pressão por parte dos seus representados.
- O exercício da representação de interesses ou lobby é algo intrínseco a qualquer processo democrático e de escolha política



PRESSÃO

GOVERNO

**RELAÇÃO ÉTICA E
TRANSPARENTE**

**POLÍTICA DE COMPLIANCE
DAS EMPRESAS**

**MECANISMOS
ENFORCEMENT**

INSTITUIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSE

As instituições de representação de interesse são organizadas a fim de **criar posições de consenso entre seus representados** e conferir **capacidade de influência** aos interessados a defender. A participação dessas entidades no processo de formulação de políticas públicas do Estado é importante para **consolidar os entendimentos dos grupos sociais** e efetuar a **participação social nos processos de decisão de políticas públicas**. A participação dessas instituições de defesa de interesse nas decisões possuem duas características:

- 1) As instituições não tem competência de implementarem seus **próprios projetos políticos**.
- 2) São detentoras de **conhecimento técnico e econômico** específico da classe que representam.

Entidades de classe: sociedade de indivíduos ou de empresas, com interesses sociais, profissionais e econômicos comuns, aptos a identificar os associados que a compõem como membros efetivamente pertencentes a uma determinada classe. São pessoas jurídicas de direito privado e tem natureza de associação civil sem fins lucrativos. Atuam na **defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam** e têm importante **papel no exercício da democracia na participação do processo decisório da políticas públicas**.

INSTITUIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSE

Entidades de classe stricto sensu (classificação STF): entidades de natureza sindical e associações classe de âmbito nacional. Podem propor Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

1. Sistema sindical: Corporativismo de Estado.

CLT / Unicidade Sindical / Filiação Sindical voluntária / Função sindicais, (Negocial, Assistencial -prestação de serviços), politica e econômica). / Financiamento: Contribuição Sindical , Contribuição Confederativa (base constitucional), Contribuição Assistencial, Mensalidade Sindical.

Sindicatos

Federações

Confederações

Centrais Sindicais

Associações Nacionais

INSTITUIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSE

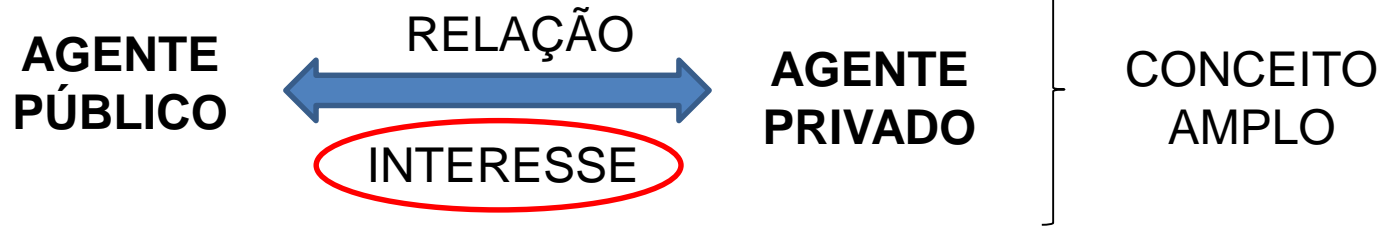
Think Tanks: são organizações que realizam pesquisas sobre temas específicos, incentivam a descoberta de soluções e promovem a interação entre cientistas e intelectuais para prossecução desses objetivos. No campo do Rel Gov, os **Thinks Tanks se engajam no Desenvolvimento e na promoção de ideias, atuando na elaboração, discussão e monitoramento de temas afetos a políticas publicas.**

Duas funções: 1) Subsidiar com conhecimento especializado o debate de políticas públicas. 2) São incubadores e recicladores de talentos. Ex: EMBRAPA, FGV, Instituto Pensar Agro e Irelgov

Coalizões: acordos ou alianças políticas entre unidades com interesses, a princípio ou aparentemente, **antagônicos** a fim de alcançar um objetivo comum. São dois ou mais grupos de interesses antagônicos que resolvem trabalhar conjuntamente para defenderem um interesse que partilham. Elas surgem e se dissolvem ao longo do processo político, ficam ativas ou inertes de acordo com as necessidades e o ambiente.

Frentes Parlamentares: são fenômenos típicos das democracias. Estão constituídas sob a forma de sociedade civil, mas nasceram de bancadas suprapartidárias informais e são conhecidas por essa denominação na mídia. São grupos de pressão atípicos pois possuem a características de **defenderem interesses setoriais em políticas publicas, mas constituem parte do aparelho do Estado**, atuando de dentro da própria Administração Pública. Precisa de registro solicitado à mesa diretora da casa legislativa, ata de fundação e constituição e o estatuto da frente. Tem apoio institucional da casa legislativa com divulgação nos meios de comunicação.

RELAÇÃO GOVERNAMENTAL CONCEITOS



OUTROS NOMES CORRELATOS

REPRESENTAÇÃO
DE INTERESSES

ADVOCACY

LOBBY

- Procura por parte dos agentes da sociedade de interpretações do que ocorre no ambiente público, ambiente do governo.
- Cada vez mais tem-se a necessidade de: 1) Acompanhamento do processo legislativo e decisões do executivo; 2) informação de como se dá essa mudança e quais as implicações para os agentes e para o mercado; e 3) como os grupos de interesses podem atuar na influência neste processo seja para modificação/elaboração de alguma norma ou manutenção do *status quo*.

CONCEITOS

1) Advocacy: Significa **defender novas metas políticas específicas por meio de esforços sistemáticos**. Despesas esporádicas não sistemáticas não consideram advocacy. São práticas realizadas por indivíduos, grupos ou organizações com a finalidade influenciar a opinião pública e promover a mobilização e a ação coletiva para defesa de interesses. Muitas ONGs são criadas para realizarem advocacy sobre qualquer tema político: meio ambiente, relações de trabalho, saúde, direitos humanos etc. É um termo mais amplo que o lobby. Toda ação de lobby é uma ação de advocacy, mas nem sempre advocacy é lobby.

2) Lobby: É uma forma de advocacy caracterizada pela **comunicação direta entre representantes de interesses e os tomadores de decisão para influenciar na tomada de decisão em políticas públicas**. É um ato pelo qual os grupos de pressão contatam diretamente os tomadores de decisão na defesa de interesses para influenciar a tomada de decisão em políticas públicas. Lobby portanto é uma ato, uma ação de influência.

2.1) Lobby direto – comunicação direta para influenciar as decisões entre o interessado e o agente público tomador de decisão.

2.2) Lobby Indireto – exercício da influência não de forma direta, mas por pessoas interpostas. Portanto a influência é exercida indiretamente. Duas formas:

2.2.1) Lobby de base: mobilização de um grande grupo de cidadão comuns do público em geral. Petições, enviar e-mails e mensagens, participar de manifestações, comparecer a audiências públicas.

2.2.2) Lobby de topo: mobilização de líderes comunitários, celebridades, associações setoriais e quaisquer personalidade bem conhecida capaz de influenciar a opinião pública.

Relações Governamentais – Nome mais moderno, envolve técnicas e ferramentas. **Está ligada à aplicação de técnicas de comunicação por representantes de grupos ou organizações com o objetivo de influenciar decisões em políticas públicas**. Diferença para outros tipos de relação, institucional por exemplo.

RELAÇÃO DOS AGENTES PRIVADOS COM O GOVERNO

3 TIPOS (AMBIENTES DE ATUAÇÃO DO LOBBY)

1- Relação Comercial

2- Relação institucional

3- Relação política

Esses tipos são diferentes, com especificidades que norteiam a relação público privada e a atuação dos grupos de interesses.

- Após 88, o Parlamento brasileiro volta a ser uma arena política relevante. Atualmente, o Brasil tem um parlamento muito pulverizado e o desenvolvimento econômico brasileiro levou a um pluralismo na representação de interesses. Efeitos do **presidencialismo de coalizão**.
- Os grupos de interesses são um resultado da atividade econômica. Temos no Brasil um **padrão dual** de representação, um **sistema híbrido**, com a participação dos sindicatos, corporativista desde a era Vargas, juntamente com a atuação de outras formas de representação extra corporativistas.
- Desenvolve-se cada dia mais, com uma intensificação fortíssima, **mecanismos de participação social**, como conselhos, conferências, consultas entre outras formas.

ESTRATÉGIAS DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

ESTRATÉGIA - AVALIAÇÃO DE STAKEHOLDERS

- Stakeholders – Qualquer grupo ou individuo que pode afetar ou ser afetado pelas atividades e objetivos da organização.

CLASSIFICAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE STAKEHOLDERS: MATRIZ PODER RELATIVO X LICENÇA PARA OPERAR

PODER EFETIVO (Poder x Interesse)	ALTO	INFORMAR E CONSULTAR (Fortes Opositores)	MOBILIZAR (Aliados Influenciadores)
	BAIXO	PERSUADIR (Fracos Opositores)	FORTALECER (Aliados Fracos)
		BAIXA	ALTA
		LICENÇA DADA PARA OPERAR	

ESTRATÉGIA CONFORT

PARA UMA ESTRATÉGIA INTEGRADA E ALINHADA, NA RELAÇÃO COM O GOVERNO, É FUNDAMENTAL USAR A “ESTRATÉGIA CONFORT”

ESTRATÉGIA CONFORT

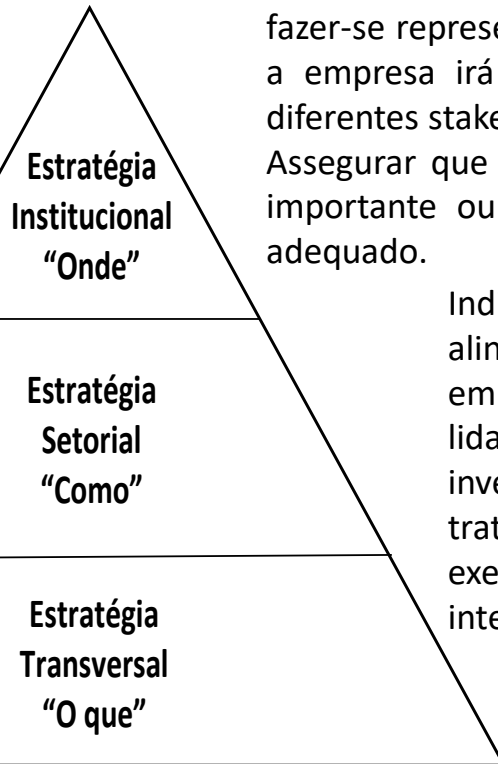
CONteúdo

FORma

Timing

DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

Adaptação dos 3 níveis de estratégia da empresa para o Rel Gov



Indica **“onde”** a empresa precisa estar presente de forma direta, procurando fazer-se representada de forma adequada frente ao público externo. Neste nível, a empresa irá busca criar, manter e expandir suas relações diretas com os diferentes stakeholders.

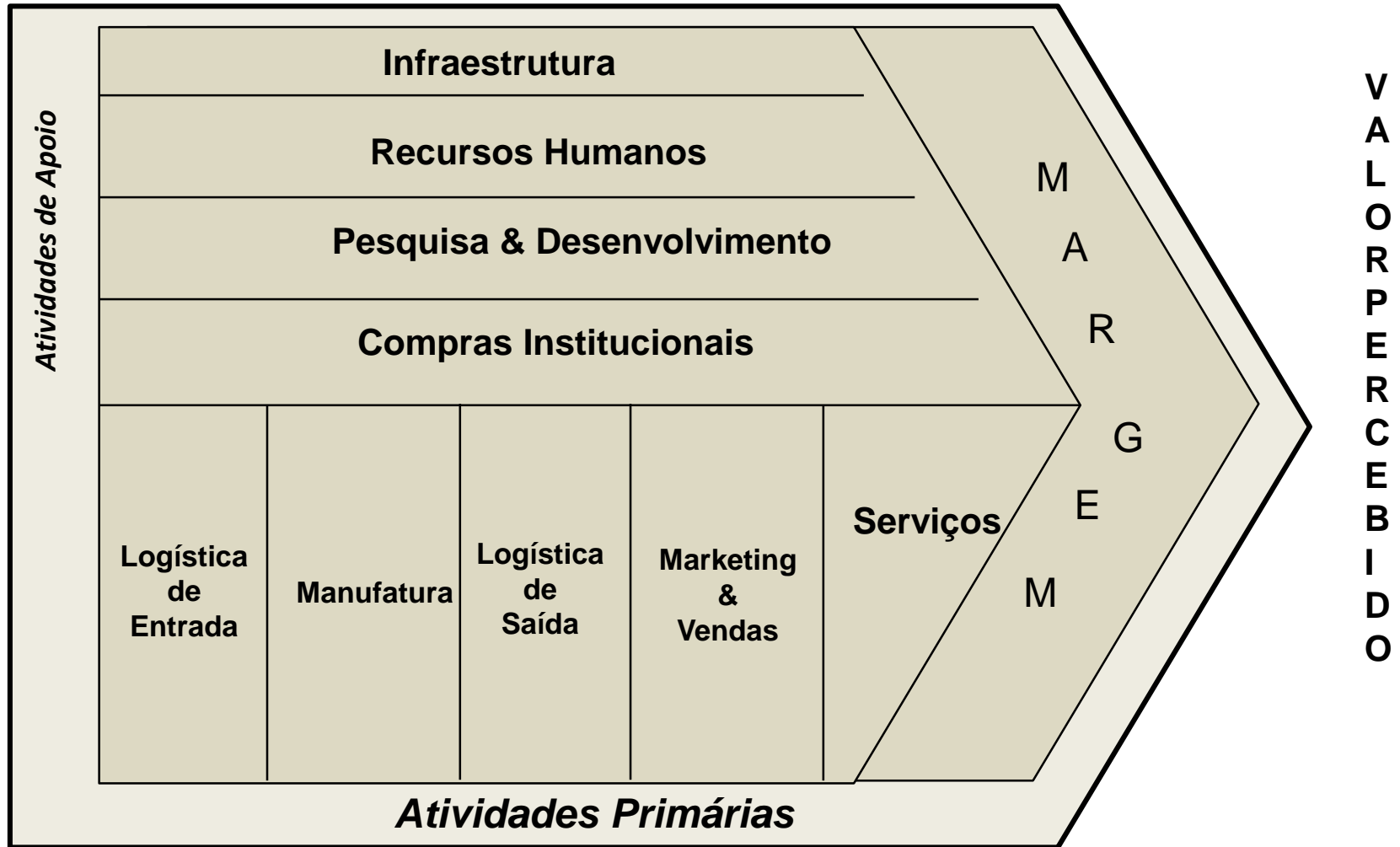
Assegurar que a empresa esteja presente onde realmente um contato direto é importante ou evitar que algum interlocutor chave fique sem o tratamento adequado.

Indica **“como”** influenciar e assegurar que os interesses da empresa estão alinhados e devidamente representados pelas ações institucionais empreendidas pelo setor onde atua. O governo tem clara preferência de lidar com entidades representativas setoriais sempre que possível, ao invés de manter diversas reuniões com empresas do mesmo setor e tratar de interesses caso a caso. Uma estratégia setorial se bem cuidada e executada, pode dar mais relevância, abrangência e despertar mais interesses pelos interlocutores do governo.

Está relacionado ao **“o que”** fazer em termos operacionais para agregar valor e apoiar os demais níveis. O objetivo deste nível é ser um catalisador estratégico no apoio à percepção de oportunidades e de solução dos problemas empresariais. Essas estratégias podem ajudar as demais áreas da empresa a atingirem seus objetivos.

ESTRATÉGIA - ANÁLISE DA CADEIA DE VALOR AMPLIADA

Forças de Não-mercado (e.g. Governo)



LOBBY, COMUNICAÇÃO DIGITAL E O NOVO GOVERNO

A população tem se envolvido e se interessado mais por política, entendido que essa participação é fundamental e, ao que tudo indica, cobrará continuamente e de perto àqueles que a representa e não mais delegará a terceiros esta função que, antes de ser um direito, é um dever.

Profissionalização da política: capacitação, movimentos apartidários
Mandatos compartilhados

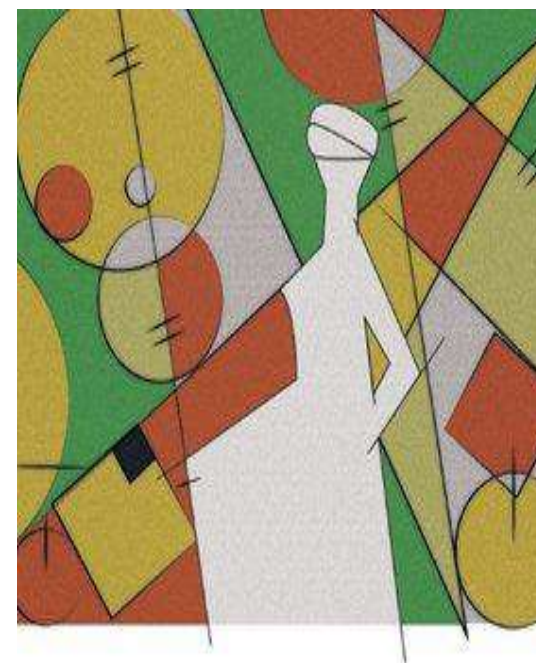
1-RAPS (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade)

2-Renova BR

Uso das redes deverá pautar a legislatura que se inicia. Reality show, opinião dos seguidores para votos. Transparência é o nome do jogo. Como fica a relação com esses parlamentares? Empresas tem uma lacuna no uso das redes sociais para evitar exposição com o público. Área de Rel Gov precisa incorporar as redes sociais em sua estratégia. Desafio é colocar uma agenda que seja atrativa para aqueles atores e seus seguidores. Temas sensíveis? Como fica?

Reestruturar o seu mindset e formas de atuação. Novos stakeholders, novas histórias, novas agendas e cenários, novas promessas. Nada mais será igual ou previsível, ficou mais incerto e difícil.

Apresentação de estudos de impactos e argumentos técnicos. Principais armas. Atualizar a maneira de apresentação para o mundo digital.

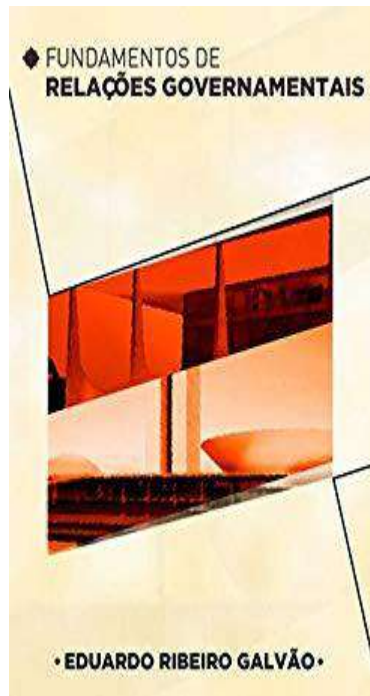


Agenda Jurídica da Indústria 2017

Supremo Tribunal Federal

CNI
Confederação Nacional da Indústria
ON A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

ESTRATÉGIA - ANÁLISE DA CADEIA DE VALOR AMPLIADA



ACORDOS VOLUNTÁRIOS E INICIATIVAS DA INDÚSTRIA

As indústrias trabalham junto ao Governo para desenvolver iniciativas de saudabilidade



2007: Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Saúde para construir um Plano Nacional de Vida Saudável.

Renovado em 2017 por mais 5 anos.



Retirada de 310 mil toneladas de gorduras trans dos alimentos industrializados.

Participação na construção do processo regulatório sobre gorduras trans.



PLANO DE REDUÇÃO DE SÓDIO

Indústria:
23,8% do sódio
consumido pelos
brasileiros
Preparo final (sal
de adição):
76,2%

4 termos de compromisso com o
Ministério da Saúde para redução
gradual de sódio em 35 categorias
de alimentos.

Já retirou 17.254 toneladas.

Meta: 28 mil toneladas até 2020.

Lançado em novembro de 2018

Redução de açúcares em 23 categorias de alimentos e bebidas compreendidas em 5 grupos: bebidas adoçadas, biscoitos, bolos prontos e misturas para bolo, achocolatados em pó e produtos lácteos.

Meta: retirar, de forma gradual, 144,6 mil toneladas até 2022.

Indústria:
responsável por
19,2% do açúcar
adicionado aos
alimentos

56,3% é adicionado
no preparo final.

PLANO DE REDUÇÃO DE AÇÚCAR

Fonte: ABIA

ROTULAGEM NUTRICIONAL

REDE ROTULAGEM

Por porção de 25g (1 1/2 xícara):



% valores diários de referência com base em uma dieta de 2000 kcal.



REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA UNICAMP

“Estudos apontam que a rotulagem nutricional frontal com cores facilita as escolhas do consumidor”

Núcleo de Pesquisas em Alimentação (NEPA, Unicamp, 2016)



PESQUISA IBOPE INTELIGÊNCIA

O QUE PENSA O CONSUMIDOR?

RESULTADO DA PESQUISA IBOPE

7 EM CADA 10 BRASILEIROS PREFEREM O MODELO INFORMATIVO COLORIDO

89% ACHAM QUE ESSE MODELO INCENTIVA ESCOLHAS ALIMENTARES MAIS SAUDÁVEIS

66% CONSIDERAM QUE O MODELO FACILITA A COMPARAÇÃO ENTRE PRODUTOS

64% ACREDITAM QUE ESSE É O MODELO QUE MAIS ESTIMULA AS EMPRESAS A APRIMORAR OS PRODUTOS

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

(TOMADA PÚBLICA DE SUBSÍDIOS)



- Durante o período da TPS, a Rede produziu **peelo menos 15 documentos, entre estudos, análises e pareceres técnicos**, contribuindo significativamente para o trabalho de revisão das normas.

ESTUDO DE SEMIÓTICA E REVISÃO DE DESIGN



ESTUDO DE IMPACTO SOCIOECONÔMICO

ÍTEM	Informação	De 0 a 100 kcal	De 101 a 200 kcal	De 201 a 300 kcal	De 301 a 400 kcal	Total	ÍTEM	Informação	De 0 a 100 kcal	De 101 a 200 kcal	De 201 a 300 kcal	De 301 a 400 kcal	Total
AMENDOIM	34,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	MOÇA/COISA DOCE	50,2%	3,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
AMENDOIM DOCE	26,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	BOCADA	61,2%	11,7%	0,0%	0,0%	100,0%	
AMENDOIM SEM COURO	11,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	LEITE	44,2%	24,2%	1,0%	0,0%	100,0%	
AMENDOIM SEM COURO COM SAL	11,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	LEITE CONDENSADO SEM AÇÚCAR	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%		
AMENDOIM SEM COURO COM SAL E ÓLEO	11,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	LEITE CONDENSADO COM AÇÚCAR	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%		
AMENDOIM SEM COURO COM SAL E ÓLEO COM AÇÚCAR	11,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	LEITE CONDENSADO COM AÇÚCAR COM SAL	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%		
AMENDOIM SEM COURO COM SAL E ÓLEO COM AÇÚCAR E SAL	11,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	LEITE CONDENSADO COM AÇÚCAR COM SAL E SAL	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%		
AMENDOIM SEM COURO COM SAL E ÓLEO COM AÇÚCAR E SAL E AÇÚCAR	11,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	LEITE CONDENSADO COM AÇÚCAR COM SAL E AÇÚCAR	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%		
AMENDOIM SEM COURO COM SAL E ÓLEO COM AÇÚCAR E SAL E AÇÚCAR E SAL	11,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	LEITE CONDENSADO COM AÇÚCAR COM SAL E AÇÚCAR E SAL E AÇÚCAR	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%		
AMENDOIM SEM COURO COM SAL E ÓLEO COM AÇÚCAR E SAL E AÇÚCAR E SAL E AÇÚCAR	11,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	LEITE CONDENSADO COM AÇÚCAR COM SAL E AÇÚCAR E SAL E AÇÚCAR E AÇÚCAR	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%		
AMENDOIM SEM COURO COM SAL E ÓLEO COM AÇÚCAR E SAL E AÇÚCAR E SAL E AÇÚCAR E AÇÚCAR	11,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	LEITE CONDENSADO COM AÇÚCAR COM SAL E AÇÚCAR E SAL E AÇÚCAR E AÇÚCAR E AÇÚCAR	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%		
AMENDOIM SEM COURO COM SAL E ÓLEO COM AÇÚCAR E SAL E AÇÚCAR E SAL E AÇÚCAR E AÇÚCAR E AÇÚCAR	11,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	LEITE CONDENSADO COM AÇÚCAR COM SAL E AÇÚCAR E SAL E AÇÚCAR E AÇÚCAR E AÇÚCAR E AÇÚCAR	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%		
AMENDOIM SEM COURO COM SAL E ÓLEO COM AÇÚCAR E SAL E AÇÚCAR E SAL E AÇÚCAR E AÇÚCAR E AÇÚCAR E AÇÚCAR	11,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	LEITE CONDENSADO COM AÇÚCAR COM SAL E AÇÚCAR E SAL E AÇÚCAR E AÇÚCAR E AÇÚCAR E AÇÚCAR E AÇÚCAR	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%		

MERCOSUL

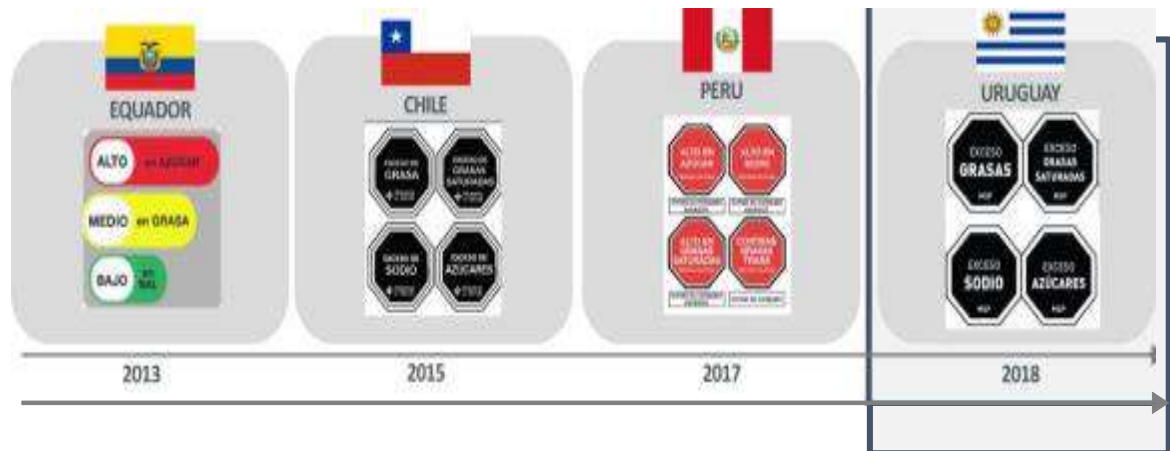
ESTADOS PARTES



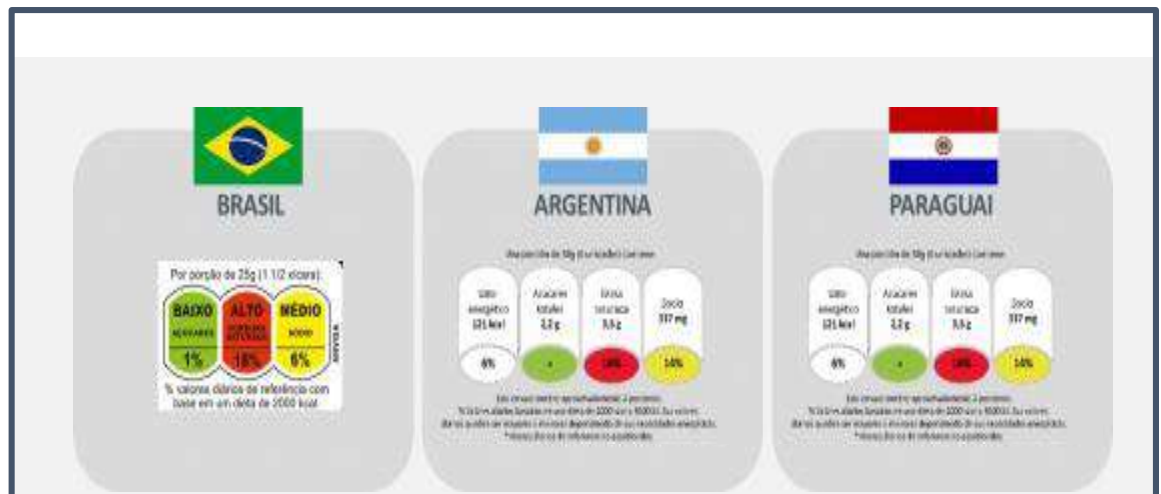
ESTADOS ASSOCIADOS



REGULAMENTADO



PROPOSTA DA INDÚSTRIA



ROTULAGEM NUTRICIONAL FRONTAL NO MUNDO

CANADÁ



PAÍSES NÓRDICOS



REINO UNIDO

MED	LOW	MED	HIGH	MED
Calorias	Sugar	Fat	Sat Fat	Salt
353	0.9g	20.3g	10.8g	1.1g
18%	1%	29%	54%	18%

EQUADOR



PERU



IRÃ



CORÉIA DO SUL



CHILE

URUGUA



AUSTRÁLIA E NZ

OBRIGADO !

André Luiz Baptista Lins Rocha

**SIFAEG E SIFAÇÚCAR
FORUM NACIONAL SUCROENERGÉTICO**



FORUM NACIONAL

SUCROENERGÉTICO

www.sifaeg.com.br

www.sifacucar.com.br